



## XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3173 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)  
GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

**EDUCAÇÃO EM PRISÕES - A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E AGENTES PENITENCIÁRIOS DO INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE/MS QUANTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR DAQUELE AMBIENTE.**

Cynthia Caldeira Nogueira - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Clayton da Silva Barcelos - UFMS/Campus do Pantanal - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Busca-se com a pesquisa analisar a percepção que os professores e agentes penitenciários do Instituto Penal de Campo Grande – IPCG têm em relação à educação escolar oferecida nesta Unidade Penal – UP, por meio de questionário semiaberto, aplicado aos professores e agentes penitenciários que ali prestam labor. O referencial teórico está baseado em estudos realizados por Foucault (1997; 2010) e Freire (1983; 1996) buscando compreender as relações de poder no espaço prisional, como isso interfere no processo formativo/educativo, adaptando os sujeitos ao sistema, em um espaço cheio de contradições, entre o vigiar, o punir e a educação para libertação. A experiência e os resultados empíricos iniciais apontam para necessidade de qualificação de políticas educacionais que tratem de maneira conjunta ou isolada sobre educação, trabalho e segurança, além da necessidade de discussões que contribuam para o desenvolvimento e compreensão da educação escolar em ambiente de privação de liberdade e seus diversos atores.

### **EDUCAÇÃO EM PRISÕES: A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E AGENTES PENITENCIÁRIOS DO INSTITUTO PENAL DE CAMPO GRANDE/MS QUANTO A EDUCAÇÃO ESCOLAR DAQUELE AMBIENTE**

**Resumo:** Busca-se com a pesquisa analisar a percepção que os professores e agentes penitenciários do Instituto Penal de Campo Grande – IPCG têm em relação à educação escolar oferecida nesta Unidade Penal – UP, por meio de questionário semiaberto, aplicado aos professores e agentes penitenciários que ali prestam labor. O referencial teórico está baseado em estudos realizados por Foucault (1997; 2010) e Freire (1983; 1996) buscando compreender as relações de poder no espaço prisional, como isso interfere no processo formativo/educativo, adaptando os sujeitos ao sistema, em um espaço cheio de contradições, entre o vigiar, o punir e a educação para libertação. A experiência e os resultados empíricos iniciais apontam para necessidade de qualificação de políticas educacionais que tratem de maneira conjunta ou isolada sobre educação, trabalho e segurança, além da necessidade de discussões que contribuam para o desenvolvimento e compreensão da educação escolar em ambiente de privação de liberdade e seus diversos atores.

**Palavras-Chave:** Educação em prisão. Trabalho. Prisão. Professores. Agentes penitenciários.

#### **Introdução**

A presente pesquisa teve seu início no mês de agosto de 2017 e tem prazo até julho de 2021 para se concluir. Tem-se com objeto de pesquisa a análise da percepção que professores e agentes penitenciários do sistema prisional do estado de Mato Grosso do Sul – MS têm quanto à educação escolar oferecida neste sistema, especificamente, dentro do IPCG.

Os professores que se propõem a lecionar neste âmbito têm que, minimamente, reconhecer essa especificidade. Não se trata de preconceito, e sim de uma avaliação necessária sobre quem são os reeducandos, como aprendem, o que ensinar, como portar-se, quais os objetivos com a apresentação de determinado conteúdo e como o reeducando vai receber essa informação, pois, segundo Freire (1996, p.22) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Sobre este ambiente, Foucault ensina que

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento (2010, p.145).

A disciplina imposta no cárcere não retira do sujeito seu direito e educação que esta intrinsecamente ligada à sociedade, como bem ensina Osório (2010, p. 135), “a educação é um dos espaços sociais que sintetiza conflitos e contradições de uma sociedade”. A educação, em todos os contextos, é assunto sério demais para ser tratada de qualquer forma, sem acompanhamento rigoroso da qualidade e dos objetivos almejados e alcançados. O que se constata é que a educação oferecida no sistema penitenciário vem sendo realizada de forma frágil, isolada, e desarticulada, sem que atinja os objetivos pretendidos. Isso é apontado por Onofre (2009):

Para os professores, a integração com os profissionais da segurança, saúde, psicologia, assistência social não ocorre, uma vez que não há aproximação nem preocupação com o trabalho dos outros e segundo eles, inexistente uma proposta educativa a ser desenvolvida pela equipe de reabilitação em busca da reinserção do preso à sociedade. (p. 235).

A afirmação da desarticulação dos professores com os profissionais da segurança é algo para se pensar em distintas perspectivas, pois no âmbito do sistema penitenciário, os professores, além de seus afazeres pedagógicos, necessitam administrar a relação com a equipe de segurança que, muitas vezes, travam uma verdadeira competição com o corpo docente, como aponta o parecer CNE/CEB Nº 4/2010:

Em muitos casos, as atividades realizadas pelas escolas são desqualificadas e ameaçadas, dependendo quase que cotidianamente de consentimentos. [...]. O excesso de zelo pela segurança geralmente impede qualquer criatividade docente: passar filmes, convidar palestrantes, desenvolver pesquisas, atividades coletivas, em muitos estabelecimentos penais são atividades quase impossíveis (BRASIL, 2010, p.21).

Tal desarticulação acaba comprometendo o trabalho docente e atingindo conseqüentemente os reeducandos que frequentam a escola do cárcere. Cárcere este que por si só já é cheio de especificidades que reflete em sua população, como já descrito por Foucault

A instituição penal com a prisão no seu centro fabrica uma categoria de indivíduos que entram num circuito junto com ela: a prisão não corrige; ela chama incessantemente os mesmos, ela constitui uma população marginalizada, utilizada para fazer pressão sobre as irregularidades ou ilegalismo que não se pode tolerar (1997, p.43).

Sobre o mesmo tema nos ensina Freire:

Por isso, toda vez que se suprime a liberdade, fica ele ( *sic*) um ser meramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente sua capacidade criadora. (1983, p. 42).

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 23). É preciso entender que o professor é apenas uma das pontas no processo da educação escolar na prisão e que em outras pontas temos inúmeros sujeitos, incluindo os agentes penitenciários, com ações e percepções diferentes, mas tão importantes quanto a dos professores, e que compreendermos essa percepção sobre a educação escolar no interior da UP é fundamental para que o trabalho educacional dentro destas instituições tenha a importância e visibilidade merecida dentro do contexto educacional.

A legislação que dispõe sobre o cumprimento da reprimenda penal no Brasil é a Lei de Execução Penal – LEP, (Lei nº 7.210/84), que trata especificamente sobre a maneira de como deve ser conduzida o cumprimento da pena em estabelecimentos penais. A LEP elucida em seu artigo 11 que o Estado tem a obrigação de dar assistência educacional dentro do ambiente prisional. A mesma LEP mais a frente em seus artigos 17 e 18 prevê que o ensino dentro das UPs será na modalidade Ensino de Jovens e Adultos – EJA, previsão igualmente acompanhada pelas Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais (RESOLUÇÃO Nº 2, DE 19 DE MAIO DE 2010).

Em consonância com as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação a jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, o estado de MS propôs uma proposta político pedagógica que busca estimular oportunidade de aprendizagem a todos, em particular, aos marginalizados e excluídos, visando a garantia do reconhecimento do direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas, proporcionando-lhes informações e acesso aos diferentes níveis de ensino e formação (PPP, 2014, p. 06 e 07).

Campo Grande/MS possui milhares de estudantes, e dentre os alunos do ensino fundamental e médio, 286 [i] estudam no IPCG. Estes estudantes são pessoas privadas de liberdade que têm a oportunidade de se reintegrar socialmente através de aulas na modalidade de Ensino de EJA, por meio da Escola Estadual Polo Regina Lúcia Anffe Nunes Betine. Para lecionar para estes 286 alunos 12 professores atuam nas 04 salas existentes no IPCG.

Qual a percepção que esses professores têm da educação escolar desenvolvida por eles neste ambiente? Qual o olhar deles quanto aos objetivos alcançados de seu trabalho e como visualizam o complexo contexto “Educação e Prisão”? Como vislumbram o seu trabalho na totalidade das experiências significativas de suas vidas em sociedade e suas deficiências e/ou acertos? Existem necessidades de melhorias e mudanças?

### **AGEPEN e agentes penitenciários**

A AGEPEN é a responsável pelas unidades penais estaduais nos regimes fechado, semiaberto e aberto, em todo estado de MS, sendo o IPCG a UP em que a pesquisa se desenvolve. Em meio ao espaço escolar em privação de liberdade, aparecem os agentes penitenciários, servidores públicos estaduais de nível superior, investidos em cargo público por concurso público de provas e títulos, vinculados a AGEPEN, uma autarquia do poder executivo estadual.

Sobre a rotina dos agentes penitenciários nos ensina Lourenço:

A rotina do trabalho do Agente de Segurança Penitenciária no interior do cárcere, diferentemente do apertar e do afrouxar de parafusos em uma linha de montagem que, não negamos, também é estressante, é o trancar e destrancar prisioneiros de suas celas, controlar seus passos e movimentos, olhar no relógio e contar os minutos até que nova tranca se realize e, finalmente, que as longas doze horas do plantão findem. (2010, p. 164).

Aos agentes penitenciários da área de segurança e custódia são aqueles que desenvolvem a atividade de carceragem dentro do ambiente prisional, que é o aprisionar, vigiar e libertar a pessoa em privação de liberdade, e por mais que uma de suas atribuições seja incentivar mudanças comportamentais para a efetiva e adequada integração do indivíduo preso à sociedade, essa ação e visão ficam abafadas pelo dia a dia na UP e suas condições estruturais, o que faz com que os servidores dessa área, muitas vezes, ajam de forma “mecânica”, não necessariamente por vontade própria (autoconsciente), mas sim pelo contexto do ambiente, afinal,

Essa ambiguidade ou imprecisão típica das ações ou tarefas profissionais no interior do cárcere, assim como das decisões que esses funcionários devem tomar de forma rápida e, às vezes, emergencial, se reflete quase invariavelmente, em situações de vida profissional (individual e coletiva) nada confortáveis para esses trabalhadores (LOURENÇO, 2010, p.48).

Os dados [i] do primeiro semestre de 2018 demonstram que a população carcerária no IPCG fica em torno de 1.359 reeducandos, número acima de sua capacidade que é para 327 pessoas, sofrendo com superlotação e com o número reduzido de servidores [ii] (AGEPEN/DOP, 2018), pois 89 agentes penitenciários ali prestam labor, número insuficiente segundo documento do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Resolução N<sup>o</sup> 1, de 09 de março de 2009), que prevê 01 agente penitenciário para guarda e custódia de 05 reeducandos. Esses dados refletem diretamente na qualidade do trabalho executado e nos possíveis atingimentos, ou não, da educação que vão para além do estudo e cumprimento de pena.

Por isso, devemos repensar o papel dos agentes penitenciários no interior das unidades penais, para além da obrigação de abrir e fechar celas e sim como coautores no processo de educação escolar. Será que os profissionais têm essa percepção a respeito do seu trabalho? Ou teriam aspectos importantes e inovadores a serem acrescentados em relação ao seu papel junto a educação escolar na UP? O que destas percepções podem se referir à necessidade de transformações político-estruturais no

próprio sistema penitenciário? Como vislumbram o seu trabalho na totalidade das experiências significativas de suas vidas em sociedade e suas deficiências e/ou acertos? Existem necessidades de melhorias e mudanças?

### **Contribuições e método**

O estudo contribui para a qualificação de políticas educacionais que tratam de maneira conjunta ou isoladas sobre trabalho, educação e segurança, capazes de contribuir no desempenho dos profissionais envolvidos no trabalho de educação, na motivação de meios que visem a reinserção dos reeducandos na sociedade, inclusive na continuidade de seus estudos, ao adquirirem a sua liberdade e viverem com menos preconceito.

Dito de outro modo, ao tornar público tais informações, busca-se desvelar como a educação escolar na prisão é percebida pelos diferentes atores do sistema penitenciário e desmistificar o pré-conceito existente e assim, subsidiar discussões que contribuam para o desenvolvimento e compreensão da educação escolar e mudar a percepção de que

O muro da prisão, física e simbolicamente, separa duas populações distintas: a sociedade livre e a comunidade daqueles que foram, por ela, rejeitados. A altura e espessura da barreira, a presença, no cimo, de soldados armados de metralhadoras, o portão pesado, com pequenas viseiras cuja abertura exige uma operação complicada por várias medidas de segurança, estão a demonstrar, inequivocamente, que os rejeitados desejam muito pouco contato com os rejeitados. (THOMPSON, 2000, p.57).

Levando em conta as características do tema, optou-se por uma pesquisa social de campo de caráter qualitativo mantendo a atenção para novos elementos que possam emergir do contexto específico analisado para interpretá-los e inseri-los no estudo, especialmente a partir da objetividade científica. Como parte importante da metodologia estamos reunindo dados históricos, realizando pesquisas bibliográficas, análises documentais, trazendo elementos teóricos/históricos para contextualizar a escrita, com as especificidades da educação escolar em prisões e do sistema prisional em especial quanto a MS e Campo Grade/MS.

Como instrumento de coleta de dados, optamos pela aplicação de questionário semiaberto, sendo um conjunto de questões escritas submetidas aos professores e agentes penitenciários com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, opiniões, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (GIL, 2008).

Marconi e Lakatos (2003, p. 201) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário semiaberto traz a flexibilidade necessária para que a pesquisa se torne rica e se extraia o máximo da percepção dos entrevistados, composto por questões objetivas e abertas, sendo que para os questionamentos objetivos podemos ter mais de uma resposta assinalável, o que traz ganhos imensuráveis nas respostas e na análise de dados do instrumento.

Para a análise dos dados, faremos uso de uma abordagem indutivo-construtiva que tem como ponto de partida as informações coletadas para, a partir delas, construir categorias e a sua teoria. O que se busca com essa abordagem não é generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão dos fenômenos investigados. (MORAES, 1999).

Os dados serão analisados qualitativamente, para que em sua interpretação, seja empregada a análise de conteúdo. Serão organizados por categorias temáticas e analisados à luz da literatura pertinente. As categorias serão classificadas de acordo com seu aparecimento nas respostas dos questionários, buscando facilitar a análise das informações. Essa análise, conduzindo as descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma leitura comum. (MORAES, 1999).

Somado aos métodos acima desenhados, utilizamos de observações contínuas no campo de estudo, visando extrair o máximo de elementos para auxiliar na análise de dados e escrita do texto, tais como a descrição dos sujeitos da pesquisa, a reconstituição de diálogos no ambiente escolar da prisão, descrição dos locais de estudo e trabalho dos entrevistados, as atividades e comportamentos dos

professores e agentes penitenciários, bem como reflexões que emergem desse contexto e observação.

### **Resultados parciais e considerações**

Com a análise desenvolvida sobre o IPCG, no enfoque dos professores e dos agentes penitenciários ali inseridos, tornaremos público algo inédito, isto é, as características da educação escolar, desenvolvida por trás dos muros e das grades do sistema prisional de grande complexidade de uma cidade no Centro-Oeste brasileiro, suas dificuldades, acertos, contradições, ganhos, complicações, sucessos, possibilidades eventuais de mudanças sob o olhar de quem ensina e de quem libera para que esse estudo e ensinamento aconteça.

Os dados iniciais apontam que o agente penitenciário estadual não possui a clara percepção de que é um ator relevante no processo de reintegração do indivíduo privado de liberdade a sociedade, visto que a área de segurança e custódia preza por outros importantes fatores diante de um sistema superlotado e com pouco efetivo para a realização da rotina carcerária diária dentro da UP, por outro lado, o professor que ministra aulas dentro desta UP encontra uma facilidade em lecionar, pois a disciplina dos corpos no indivíduo encarcerado revela-se em sala de aula, além da vontade de ali estar para sua pena remir.

### **Referências**

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2010.

BRASIL, **Lei de Execução Penal**. [Lei nº 7.210, 11 de julho de 1984](#).

BRASIL, **Parecer CNE/CEB Nº 4/2010**. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: MEC/CNE/SECAD, 2010.

BRASIL. CNE/CEB. **Resolução n. 02 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010.

BRASIL. CNPCP/DEPEN. **Resolução n. 01 de março de 2009**. Dispõe sobre a proporção mínima entre o contingente de agentes penitenciários e profissionais da equipe técnica e o número de detentos. Brasília, 2009.

FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva. In: FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France** (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURENÇO, Arlindo da Silva. **O espaço de vida do agente de segurança penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

MATO GROSSO DO SUL, Governo do Estado de. **Mapa carcerário mensal – AGEPEN**. Agencia Estadual de Administração do Sistema Penitenciário/AGEPEN. Diretoria de Operações/DOP, 10/2017. Campo Grande/MS.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Político Pedagógico**. Secretaria de Estado de Educação. E. E. Polo Profª. Regina Lúcia Anffe Nunes Betine. Campo Grande/MS. 2014.

MATO GROSSO DO SUL, Governo do Estado de. **Relatório permanente de controle de servidores.** Unidade de Recursos Humanos. Diretoria de Administração e Finanças/DAF, 10/2017. Campo Grande/MS.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação,** Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação Escolar na Prisão na Visão dos Professores: um hiato entre o proposto e o vivido. **Reflexão & Ação.** 2009, vol. 17, n. 1, p. 227-244.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Escolarização: Pacto de Silêncio pela Indiferença.** In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. (Org.) **Diálogos em Foucault.** Campo Grande/MS: Ed. Oeste, 2010.

THOMPSON, Augusto. **A Questão Penitenciária.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

[i] Fonte: Mapa Carcerário mensal – Documento oficial emanado da Diretoria de Operações –**DOP** – AGEPEN, para órgãos do Executivo, Judiciário e demais entidades envolvidas no processo de ressocialização. Abril de 2018.

[ii] Fonte: Unidade de Recursos Humanos – Diretoria de Administração e Finanças –**DAF** – AGEPEN. Relatório permanente de controle de servidores. Maio de 2018.

[iii] Relatório emitido mensalmente pela Coordenadoria de Políticas Penitenciárias da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública com base em informações da Divisão de Educação, Divisão de Trabalho e Núcleo de Informações Criminais da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN. Março de 2018.